

O Movimento Universitário de Desfavelamento: contribuições para a história da urbanização de favelas em São Paulo (1961-1967)¹

Ana Claudia Veiga de Castro²

Victória Vellardi Janoti³

Resumo

O Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), ativo entre 1961 e 1967, foi formado por estudantes da Universidade de São Paulo (USP) com o objetivo de eliminar as favelas de São Paulo. Ao contextualizar o MUD entre as ações assistencialistas dos anos anteriores e os debates na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP), pretende-se discutir iniciativas pouco estudadas na história da urbanização de favelas em São Paulo, recuperando as políticas, os atores e as instituições envolvidas no tema entre as décadas de 1950 e 1970, de maneira a acompanhar as mudanças nas abordagens sobre as favelas nas cidades latino-americanas.

Palavras-chave

MUD (Movimento Universitário de Desfavelamento); Favelas; Urbanização; São Paulo; Políticas públicas.

The Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD): Contributions to the History of Favela Urbanization in São Paulo (1961-1967)

Abstract

The University Movement for Favela Removal (MUD), active between 1961 and 1967, was formed by students from the University of São Paulo (USP) with the goal of eliminating *favelas* (slums) in São Paulo. By contextualizing MUD among the charitable actions of previous years and the debates at the Faculty of Architecture and Urbanism of USP (FAUUSP), this study aims to discuss little-studied initiatives in the history of favela urbanization in São Paulo, recovering the policies, actors, and institutions involved in the topic between the 1950s and 1970s, in order to track changes in approaches to favelas in Latin American cities.

Keywords

MUD (Movimento Universitário de Desfavelamento); Favelas (slums); Urbanization; São Paulo; Public policies.

Artigo recebido em junho de 2025

Artigo aceito em agosto de 2025





Diferentemente do que ocorreu em outras cidades da América Latina, onde a questão das favelas atraiu a atenção de pesquisadores, de intelectuais e do Estado desde pelo menos os anos 1940, em São Paulo, apenas na década de 1970 uma sistematização mais completa sobre o fenômeno foi elaborada, sinalizando finalmente o reconhecimento do problema pelo poder público.

Em Lima, as *barriadas* que surgem nas margens da cidade impressionam e preocupam intelectuais e especialistas desde o final dos anos 1940, incitando pesquisas e propostas de intervenção nas décadas seguintes. O sociólogo José Matos Mar, vinculado ao Instituto de Antropologia da Universidad de San Marcos, elabora um primeiro censo e dirige para a Unesco um estudo sobre favelas (Matos Mar, 1955 e 1966; Driant, 1991) e, já nos anos 1960, diante da impossibilidade dos programas públicos de habitação social absorverem a população migrante que continuava se fixando nos arredores da cidade, discute-se entre os arquitetos e urbanistas como as *barriadas* poderiam informar soluções construtivas para enfrentar a falta de moradia, num percurso tendencial à fixação dos habitantes naqueles territórios (Turner, 1963)⁴.

Em Buenos Aires, também há um interesse pelo fenômeno das *villas miseria* que desde os anos 1930 e 1940 se espalham pela cidade. Em 1956, a Comisión Nacional de Vivienda propõe um *Plan de Emergencia* visando o desfavelamento da Capital Federal e conduz um censo-piloto para obter dados sobre aquelas habitações e seus moradores. Poucos anos depois, um estudo de caso na Isla Maciel (bairro “informal” localizado no Riachuelo), realizado no Centro de Desarrollo Integral do Departamento de Extensión Universitaria da Universidade de Buenos Aires por Gino Germani, e também financiado pela Unesco, busca definir sociologicamente quem eram e como viviam os moradores das *villas*, comparando-os com os primeiros *barrios de* imigrantes do início do século, para subsidiar ações que visassem justamente o melhoramento material e simbólico das áreas ocupadas pelos setores populares (Germani, 1961; Snitcofsky, 2022)⁵.

Ao mesmo tempo, no Brasil, na sua capital Rio de Janeiro, cadastros e levantamentos eram elaborados desde o final da década de 1930 e um primeiro Censo de Favelas do Distrito Federal é realizado entre 1947 e 1948 pela Fundação Leão XIII e pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura, seguido de outros estudos e pesquisas que alternavam propostas de desmonte com perspectivas de fixação e melhorias. Pode-se destacar, nesse processo de reconhecimento das favelas, a realização do primeiro Congresso de Favelados do Rio de Janeiro em 1957 (Pearse, 1958; Valladares, 2005; Gonçalves, 2016; Fischer, 2021).

No Recife, a Liga Social contra os Mocambos, fundada na década de 1930, incita levantamentos e discussões na cidade, como a conhecida defesa de Gilberto Freyre sobre a sabedoria de uma arquitetura tropical simbolizada pelos mocambos, vistos como habitação econômica ecologicamente adaptada; ou a de Josué de Castro, já na década de 1960, ao tomar os mocambos como emblema de resistência popular frente às condições de trabalho e de acesso à terra dominada pelo latifúndio (Freyre, 1937; Castro, 1966; Lira, 1994). Em Belo Horizonte, o movimento de favelados que surge na cidade congrega tamanha organização que uma Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) é fundada em 1959, produzindo o jornal *O Barraco*, que circulou entre 1962 e 1964 (Oliveira, 2010). Diante desses movimentos todos, em 1950, o IBGE incluiu a “favela” como uma categoria de moradia nas pesquisas do Censo (Fischer, 2021)⁶.

Esse processo de formação de núcleos precários nas cidades relacionou-se diretamente a uma enorme transformação demográfica, cultural e econômica, chamada pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares, no Brasil, de “a grande transformação” (Soares, 2019)⁷. Provocando problemas urbanos importantes, as favelas, cada vez mais, portanto, tornaram-se objeto de investigações, análises e políticas públicas nas diversas cidades do continente, ora para eliminá-las, ora buscando incorporá-las ao tecido urbano (urbanizando-as), mas de modo algum podendo ser ignoradas⁸.





São Paulo, entretanto, só chegou a elaborar um Cadastro Geral de Favelas em 1973 (Taschner, 2001). Se a historiografia paulista insistiu na década de 1970 como ponto de partida para que as favelas se fizessem verdadeiramente presentes na cidade, inseridas no processo de periferização que caracterizou a metrópole a partir daquela década⁹, novas pesquisas vêm revisitando essa questão e apontam que as favelas estavam presentes em toda a cidade desde os anos 1940 (Paulino, 2007; Lara, 2013; Flock, 2021), contribuindo para se discutir os motivos de um reconhecimento tardio, diante de um cenário de tanta mobilização intelectual e política em âmbito latino-americano.

Este artigo é parte desses esforços recentes que retomam o período de formação das favelas em São Paulo, visando compreender iniciativas, agentes, instituições e políticas que atuaram diretamente sobre a questão entre as décadas de 1940 e 1970. Contribui também, ao discutir iniciativas que parecem ter ficado à margem dos debates, para a longa história da urbanização de favelas nas cidades latino-americanas.

Uma dessas iniciativas é o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), fundado em 1961 e que reuniu estudantes das Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo com o intuito de trabalhar para a extinção das favelas na cidade de São Paulo. Este texto busca lançar luz nesse movimento que programaticamente defendeu o desmonte daqueles núcleos precários, mas cuja curta duração (entre 1961 e 1967) parece também indicar a rápida transformação nas formas de compreensão do fenômeno naqueles anos, contribuindo para pensar os antecedentes das discussões sobre a urbanização das favelas nessa cidade.

Para tanto, revisamos algumas ações anteriores ao surgimento do MUD, notadamente as vinculadas à atuação das assistentes sociais, para em seguida propor pensar como o movimento se relaciona (ou não) com os debates que passam a ocorrer na Faculdade de Arqui-

tetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) – *locus* de uma produção crítica fundamental para a consolidação dos estudos urbanos no Brasil (Arantes, 2009) – acerca das favelas e das periferias. Menos que apresentar resultados consolidados, trata-se aqui de indicar questões de uma agenda de investigação que pouco a pouco vem sendo percorrida.

Antecedentes do MUD: as assistentes sociais e um plano-piloto de desfavelamento

A partir dos anos 1940, uma série de favelas começa a aparecer na cidade, em geral nas várzeas dos rios, mas não só, também entre bairros consolidados – ocupando terrenos públicos ou particulares – e, nos anos 1950, já é possível contabilizar algumas dezenas de favelas espalhadas por todo o município (Castro e Flock, 2025). Uma das primeiras ações de desfavelamento promovida pela municipalidade de maneira mais ou menos estruturada aparece mencionada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social da assistente social Marta Terezinha Godinho¹⁰. Como estagiária na Prefeitura, trabalhando na recém criada Comissão de Assistência Social Municipal (CASMU)¹¹, Godinho relata no trabalho a ação municipal sobre quatro favelas situadas em terrenos públicos: Piqueri, Canindé, Barra Funda e Ibicaba¹². Ao fim do projeto teriam sido desocupados 259 barracos com 271 famílias, totalizando 1.064 pessoas, sob uma “nova forma” de atuação: “Não se tratava, como de outras vezes, na Favela do Glícério e da Floresta: em que a solução foi atearem fogo nos barracos e passarem os tratores por cima deles.” (Godinho, 1955, p. 80-81). Não se tratava também de oferecer aos favelados um novo terreno para que reconstruíssem seus barracos, mas de uma ação que pretensamente buscava reconhecer os moradores como cidadãos, apresentando soluções que visavam sua capacitação (em alguns casos), a colocação no mercado (em outros) e, sobretudo, garantindo que o desmonte da favela não implicasse no surgimento de outra favela –





mesmo que para isso se propusesse o retorno dos favelados às cidades de origem ou seu deslocamento para a periferia, onde pudessem construir uma casa em um terreno regularizado (Godinho, 1955).

Este relatório de pesquisa propicia uma perspectiva contemporânea à realidade das favelas de São Paulo durante aqueles anos e indica um momento de transição na compreensão do fenômeno que passava a se tornar visível. A assistente menciona a extinção das favelas da Rua Bresser, do Ibirapuera e da Ponte Grande; comenta a origem da favela Prestes Maia (surgida das obras do Plano de Avenidas) e indica ações municipais no sentido de um cadastramento (ainda que restrito ao núcleo atingido pelas obras). Godinho também indica as favelas Nossa Senhora da Conceição e do Glicério como núcleos derivados de desmontes, evidenciando a insuficiência das ações públicas (Godinho, 1955).

E justamente por isso seria necessário pensar, segundo a assistente social, soluções que prevenissem o início de novas favelas, auxiliando aqueles que “*quisessem ir morar nas favelas*” (grifo nosso) a não o fazerem. As possíveis soluções (assistencialistas, paternalistas e até socialistas) eram apresentadas e descartadas em nome de um trabalho educacional que por si só pudesse prevenir o movimento em direção às favelas. A jovem assistente defendia a eficácia de técnicas do campo da Assistência Social, que contribuiriam para despertar a “consciência do problema” no próprio favelado. Embora as condições do surgimento das favelas fossem reconhecidamente estruturais, a solução recaía no indivíduo, e a educação, para Godinho, era o único caminho. Daí sua ênfase no ensino para crianças e jovens, vistos como menos “corrompidos” pela degradação decorrente das suas moradias¹³. O relatório apresenta as ações efetuadas em cada um dos núcleos e sistematiza conclusões e sugestões para a continuidade das intervenções, mas os dados apresentados mostram que nem todos os barracos puderam ser removidos (Godinho, 1955).

De fato, poucos anos depois, surge uma nova iniciativa de desfavelamento por parte da Prefeitura, desta vez, específica para a Favela

do Canindé. Diante de uma enchente particularmente violenta do rio Tietê, que obrigara a população residente ali a abandonar seus barracos¹⁴, a Prefeitura retoma a pauta do desfavelamento e, por meio da sua Divisão de Serviço Social (instituída em junho de 1955 pelo Serviço de Habitação Popular do Município), elabora um plano que começa a ser posto em prática em janeiro de 1961¹⁵.

Publicado em 1962 como *Desfavelamento do Canindé*, o volume é redigido pela assistente social Helena Iracy Junqueira, também formada nas primeiras turmas da ESS, e nele menciona-se, junto à Divisão de Serviço Social que coordenou a ação, a participação dos Departamentos de Patrimônio e de Obras, das Divisões de Limpeza Pública e de Parques e Jardins e das Seções de Iconografia e de Plantas, evidenciando alguma coordenação de ações na gestão do programa que pretendia erradicar a favela.

Junqueira afirma que esse projeto tinha a pretensão de ser uma espécie de “ação modelo” ou “plano-piloto” para chamar atenção do próprio poder público bem como da iniciativa privada para os “problemas da habitação popular” (São Paulo, 1962, p. 5). O documento apresenta uma descrição minuciosa da proposta e de seus resultados, que previu o deslocamento família a família, pulverizadas por subúrbios e novos bairros que surgiam e começavam a ser ocupados nas bordas da cidade¹⁶.

No levantamento dos moradores, notou-se que a população do Canindé estava majoritariamente vinculada a empregos formais (sendo alguns dos moradores até mesmo contribuintes dos Institutos de Aposentadoria e Pensão) e que a maioria teria “condições para empregos mais estáveis e melhor remunerados”, desde que bem encaminhados (São Paulo, 1962, p. 12). Passados quase dez anos da pesquisa de Godinho, notava-se uma maior integração da população favelada na cidade, sendo a favela vista como fruto da irresolução de outros problemas urbanos, como, por exemplo, a questão dos transportes, “escasso, lento e caro”, que incentivava





o surgimento de núcleos precários “em bairros residenciais e não muito distantes do centro” (São Paulo, 1962, p. 10).

Ainda que trabalhadores, ainda que integrados à vida urbana, apontava-se, contudo, uma diferença fundamental em relação às favelas do Rio de Janeiro: se lá os favelados tinham desenvolvido sentidos de pertencimento, decorrentes do desenvolvimento de certas atividades culturais (como o samba), em “São Paulo, os favelados em geral sent[ia]m-se como que de passagem, almejando deixá-las o quanto antes.” Por isso, nessas favelas “o sentido de comunidade [seria] quase nulo.” (São Paulo, 1962, p. 12-14), dificultando sua transformação em bairro. Por isso, talvez, não se pensasse em qualquer possibilidade de melhorias que caminhassem para a permanência da favela. O “subdesenvolvimento” era a causa última, sendo necessária a “execução de planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social das zonas de origem da maioria dos seus habitantes” (p. 10), vinculando-se a erradicação das favelas a uma política de desenvolvimento regional, ainda que “a situação econômica do país ainda por algum tempo não o permiti[sse]” (p. 10). Mas São Paulo, segundo Junqueira, por suas condições particularmente favoráveis, poderia construir um plano próprio, diante do

[...] número relativamente pequeno de favelados, [d]as pequenas proporções da maioria das favelas [...], [das] amplas possibilidades do mercado de trabalho desta cidade, sua topografia, possibilitando aproveitamento de vasta área de terra da periferia ao longo de vias de comunicação e nas proximidades da indústria que lá se instalam (São Paulo, 1962, p. 17),

Se em “uma das piores [favelas] de São Paulo, quanto às condições dos barracos, de higiene, e da sua população, que se apresentava deficitária sob muitos pontos de vista” (São Paulo, 1962, p. 41-43), os resultados da intervenção haviam sido “muito alentadores”¹⁷, havia um caminho a seguir. Afinal, diz a assistente social: “chegamos a um momento em que indiscutivelmente não se pode recuar. A favela

aí está em franca proliferação. Desumana e anti-social, a primeira experiência veio provar a exequibilidade de um plano de desfavelamento” (São Paulo, 1962, p. 50).

Defende-se, portanto, nesse momento, a elaboração de um programa amplo de desfavelamento; pensado na escala do município, apoiado por uma estrutura adequada, com verbas suficientes, planejamento urbano e ações educativas. Mas, “a meta do desfavelamento não se confunde com a erradicação das favelas, pois que alguns núcleos incipientes sempre surgirão, enquanto os planos de desenvolvimento econômico e social das regiões subdesenvolvidas não produzirem amplos efeitos” (São Paulo, 1962, p. 52). A vinculação do sucesso da empreitada à um plano geral que implicasse na limitação da migração para a cidade, oferecendo condições de vida decente nos locais de origem, deixa evidente que a equipe que participa do projeto reconhece a questão das favelas para além do campo habitacional.

Entre a pesquisa de Marta Godinho e o projeto dirigido por Iracy Junqueira, um livro improvável havia aparecido na cena pública. Tratava-se de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, escrito por Carolina Maria de Jesus e publicado em 1960. Ao descrever o cotidiano da vida na favela, do ponto de vista de uma mulher, mãe, que se tornara catadora de papel para sustentar seus três filhos, a obra alcançou um público imenso, vendendo dez mil exemplares na primeira semana (Penteado, 2018). Audálio Dantas, o jornalista que auxiliou Carolina na edição do livro, conta como conhecera a escritora:

– Quando conheci Carolina, andava à procura de elementos para uma reportagem, “em profundidade”, sobre as favelas de São Paulo. Fui parar na do Canindé, uma das mais “escondidas” da cidade (localizada numa baixada, na beira do Rio Tietê) e, destacando-se num grupo de mulheres, estava uma negra alta, vestida de vermelho, que berrava com uma coragem espantosa: desafiava uns dez marmanjos que se apossavam de umas gangorras colocadas na favela pela Prefeitura, para as crianças. Carolina ameaçava com um registro em “meu livro”. (Dantas *apud* Moraes, 1960).



Para além da crônica do encontro, interessa notar a expressão do jornalista sobre a favela, “uma das mais ‘escondidas’”, e, ao mesmo tempo, que a prefeitura instalava um equipamento para as crianças, revelando os caminhos ambivalentes daquele momento. Moradora da favela do Canindé, anos antes Carolina havia chamado a atenção de Marta Godinho, que em seu TCC anotara como em meio “a maioria dos adultos [...] analfabetos” ela havia se deparado com

[...] uma “poetisa”, que tinha verdadeira mania de viver escrevendo e de se sentir atraída pela cultura. Falava termos exóticos, apesar de mal empregados; julgava-se um gênio. Tinha algumas obras suas publicadas em jornais sensacionalistas, o que vinha alimentar sua ilusão. Vivia suja e maltrapilha, com os filhos e o barraco imundo, passava fome, mas tinha dicionários e muito papel para escrever. (Godinho, 1955, p. 56-57).

O livro é um acontecimento. Uma resenha publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* dez dias após o lançamento do livro, em agosto de 1960, indica a dificuldade em se compreender do que se tratava aquela obra que embaralhava os gêneros e vinha de um lugar pouco comum, uma favela:

Percorro, com esforço, mas fascinado, um território desconhecido. Aqui todas as nossas noções estéticas se embaralham, os nossos conceitos literários se confundem, e nós terminamos numa perplexidade ansiosa: o que emociona um leitor de romances? O drama que ele nos relata, ou a arte do autor em relatá-la? A literatura, ou a vida? Mas, no caso, a arte é a própria vida. Não se trata de ficção, a obra de Carolina Maria de Jesus é o mais realista dos romances, porque retrata a autenticidade de uma experiência vivida, com essa brutalidade, essa vulgaridade cotidiana que a imaginação mais desenfreada seria incapaz de criar e a arte mais requintada incapaz de exprimir [...] Não sei se ‘Quarto de despejo’ é, rigorosamente falando, uma boa obra literária, mas é um livro que empolga e marca, tão cedo não esquecerei de sua leitura (Lajolo *apud* Penteado, 2018, p. 54).

Se Godinho descrevera como nas favelas “também os ratos ajudavam a aumentar a *imundície do barraco*” (Godinho, 1955, p. 44, grifo nosso), Carolina parece respondê-la quando anota: “O barraco está numa desordem horrível. É que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito. Mas é latas. Se tivesse sabão eu ia lavar as roupas. Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado” (Jesus, 1960, p. 44).

E o interesse que essa experiência individual desperta nos leitores contemporâneos é também um índice de como o livro potencializa a percepção de uma realidade latente na metrópole. Afinal, favela do Canindé, favela da Lapa, favela da Vila Prudente, favela da Penha, favela do Glicério, favela da Vieira de Carvalho, favela do Ibirapuera, favela da Epitácio Pessoa, favela do Bom Retiro, favela Nossa Senhora da Conceição, favela da França Pinto, favela da Casa Verde e tantas outras também abrigavam histórias de homens e mulheres que construíram suas casas e suas vidas em terrenos ainda desprezados pela intensa urbanização daqueles anos (Castro e Flock, 2025) e na cidade buscavam “desenhar novas redes de sociabilidade, de proteção e de solidariedade que lhes garant[issem] a sobrevivência em um meio novo e muitas vezes hostil” (Soares, 2019, p. 102). Eram trabalhadores e trabalhadoras de uma metrópole industrial que disputava com a capital o posto de principal cidade do país, beneficiando-se da presença daqueles sujeitos.

Iracy Junqueira, ao relatar o projeto para o Canindé, não seria indiferente ao livro de Carolina, e no primeiro parágrafo de seu relatório menciona o impacto da obra, mas também do próprio Movimento Universitário de Desfavelamento, ambos considerados fundamentais para “o despertar da cidade de São Paulo para êsse grave problema humano e social – a favela” (São Paulo, 1962, p.3), completando que naquele momento, mesmo que a sociedade, a academia ou o poder público não percebessem a gravidade do assunto, a questão da favela, “não se pode negar, esta[va] na ordem do dia”. (São Paulo, 1962, p. 10).





O surgimento do Movimento Universitário de Desfavelamento

Por isso, interessados em conhecer essa nova abordagem conduzida pelas assistentes sociais no “tratamento” das favelas – e também sob impacto da obra de Carolina de Jesus¹⁸ –, uma comissão de universitários procurou a Divisão de Serviço Social da Prefeitura em 1961 para obter informações detalhadas sobre o processo de extinção da favela do Canindé. Ao final da reunião, decidiram iniciar um movimento entre os estudantes com o objetivo de orientar e expandir suas atividades em prol dos moradores das favelas, com foco no desfavelamento (Tanaka, 1995).

Tomando o trabalho no Canindé como referência, realizam uma mesa redonda no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), com a presença de grupos de estudantes de outras escolas, alguns ligados à Juventude Universitária Católica (JUC) e que já vinham trabalhando em ações assistencialistas nas favelas, e ali fundam o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD) com o lema “Por São Paulo Sem Favelas”. Diante de discussões sobre reformas que vinham se intensificando naqueles anos do governo João Goulart, e da presença e atuação dos estudantes nesses debates, formulam um programa extracurricular de atividades nas favelas, ou, como afirmam em um de seus relatórios, para:

[...] despertar e mobilizar os meios universitários e a comunidade em geral para esse grave problema, considerado em suas causas e efeitos; suscitar a formulação de diretrizes e adoção de medidas práticas para sua solução e, ao mesmo tempo, realizar o desfavelamento de alguns aglomerados, tendo em vista o trato direto com a realidade (*apud* Tanaka, 1995, p. 11).

O primeiro projeto de desfavelamento assumido pelo movimento foi o da Favela da Mooca, iniciado em outubro de 1961 e finalizado em julho de 1963, realocando sessenta das 102 famílias em casa própria, alugada ou facilitando o retorno ao local de origem. O segundo projeto, realiza-

do na favela do Tatuapé, foi desenvolvido entre 1962 e 1966 e removeu cerca de noventa famílias, quase todas para um conjunto da Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), recém-fundada, construído no bairro de São Miguel Paulista. Considerado o mais bem-sucedido, o desfavelamento da favela do Vergueiro ocorreu entre dezembro de 1961 e agosto de 1962, realocando todas as 98 famílias (Tanaka, 1995).

Além desses projetos, o movimento realiza trabalhos como educação de base com os moradores (incluindo orientação jurídica, treinamento e colocação profissional, preparação para a construção, entre outros), apoio no saneamento básico (com a instalação de torneiras públicas e fossas nas favelas) e acompanhamento escolar (programas de recreação infantil, encaminhamento a parques infantis e escolas, entre outros). Para além da supervisão e assessoramento da Divisão Social da Prefeitura, as ações do MUD se associavam a outras entidades assistencialistas, como declarou o presidente do movimento, João Yunes, aluno da FMUSP, no Relatório de Trabalho da Favela do Vergueiro:

Declino-me, neste momento, às entidades que têm participado conosco, registrando a nossa gratidão, onde foi notória a sua constância, sua tenacidade, seu testemunho que têm dado pelo amor ao próximo. Correria o risco ao citá-las de omitir algumas delas, mas não poderíamos deixar de lembrar entre elas, a Cruzada Pio XII, a Associação Cristã de Moços, a Fundação Mac Ashan e a Confederação de Famílias Cristãs [...]. (MUD, 1963, p.28)

O MUD chegou a congregar quase trezentos participantes. Apesar de suas atividades terem se encerrado por volta de 1967, o movimento contribuiu para dar mais visibilidade às favelas, difundindo soluções que seriam colocadas em prática. Enquanto perdurou, defendeu que a melhor estratégia a ser adotada seria a de realocar os moradores em casas alugadas ou próprias, sempre situadas na periferia, área mais barata da cidade.

Cerca de trinta anos após seu encerramento, em 1995, a arquiteta Marta Tanaka realizou uma pesquisa acerca do movimento, reunindo



informações sobre sua criação e atuação (Tanaka, 1995)¹⁹. Além desse trabalho, o movimento também é mencionado em pesquisas mais recentes acerca das favelas de São Paulo (Paulino, 2007; Pulhez, 2007; Lara, 2012), sem que se mencione em nenhum deles qualquer acervo de seus documentos. Paulino, que indica a década de 1960 como o momento em que “o tema da favela tomou vulto em São Paulo”, aponta o trabalho das assistentes sociais e a obra de Carolina de Jesus como fundamentais na sensibilização dos universitários para se envolverem em projetos de desfavelamento. Na sequência, a própria atividade do MUD parece ter fomentado uma conjuntura favorável à mobilização social, dando início ao Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado (MOV) em 1967 (Abujamra, 1967, p.86), do qual ainda não temos nenhuma informação sobre a atuação ou seus membros.

Interessado especialmente na Favela do Vergueiro, Fernão Ginez Lara (2013) apresenta o trabalho do MUD junto ao da Comissão Estadual de Desfavelamento e ao MOV, atuantes em diferentes áreas daquela favela (chamadas de “pequena favela” e “grande favela”)²⁰. Citado como “filho direto” da prefeitura, o MUD teria realizado o desfavelamento da área menor, menos complexa, enquanto o MOV, juntamente a outros movimentos assistencialistas, teria sido responsável pelo desfavelamento da área maior. Apesar de apresentarem semelhanças quanto a suas motivações e objetivos, a relação entre os dois movimentos, segundo Lara, teria sido “complicada”:

Ainda que com propósitos parecidos, o MOV tinha outras características em relação ao MUD. Certamente tinha caráter mais centralizador, autoritário e era mais bem articulado, com diversas esferas políticas e imprensa; e não tinha trabalho apenas técnico como o exercido pelo MUD – movimento para com o qual teria grande animosidade. (Lara, 2013, p. 321).

Se os trabalhos que trataram do MUD indicam episódios de sua breve atuação na cidade e fornecem pistas sobre alguns de seus mem-

bro, não fica claro o modo como as favelas foram escolhidas para suas ações, e menos ainda como o movimento angariou seus membros entre os estudantes, sobretudo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP), onde o tema das favelas certamente devia chamar atenção. Tanaka apenas menciona que Paulo Bruna²¹, que se formaria em 1963, ainda como estudante teria sido responsável por projetar um pequeno conjunto em Jandira, para onde alguns moradores da favela do Vergueiro foram transferidos (Tanaka, 1995).

Reflexões acerca dos lugares e dos modos de morar dos pobres na FAUUSP

Vale lembrar que nesses anos a FAU passava por discussões para a reestruturação do seu currículo, consolidado na Reforma de 1962, precedida por debates tanto de docentes, nos Congressos Brasileiros de Arquitetos (ocorridos em 1945, 1948, 1953, 1954 e 1955), quanto de discentes, nos Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (ocorridos em 1952, 1953 e 1954). A Reforma, com o intuito de formar o “arquiteto moderno” que a sociedade brasileira necessitava, defendia o

[...] atelier de projetos como cerne do ensino de arquitetura, para o qual se voltavam todas as disciplinas, em uma estrutura que objetivava a unificação da formação e a atuação profissional do arquiteto e do urbanista (Vidotto e Monteiro, 2015, p.31).

O posicionamento de parte dos professores e dos estudantes era de que a arquitetura moderna poderia transformar a sociedade e, por isso, temas como planejamento urbano e industrialização da construção civil ganharam maior relevância no currículo, posicionando esse novo arquiteto e urbanista como alguém indispensável para a transformação do meio urbano. Como afirma Carlos Millan, professor e relator das discussões de 1962:

Uma das falhas mais graves da estrutura de ensino que rejeitamos reside precisamente na sua dissociação (da Arquitetura e do



Urbanismo), que subtrai a arquitetura de seu contexto natural e imprescindível (o contexto urbano) fora do qual ela não se explica e não pode ser compreendida (Millan, 1962, p. 39).

Os caminhos apontados pelo Movimento Moderno desde a década de 1920 insistiam nos investimentos em habitação social em larga escala, propiciada pelos processos de industrialização e seriação. No Brasil, a partir dos anos Vargas, conjuntos habitacionais modernos passaram a ser construídos em todo o Brasil, sob a direção dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, que mantinham escritórios técnicos voltados à experimentação técnica e tecnológica e, de certo modo, meios de financiamento a partir das contribuições dos trabalhadores (Aravecchia Botas, 2016)²². Mas na década de 1960 os debates para a criação de um banco único para o financiamento da habitação social resultam na criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964.

Nota-se, assim que o MUD surge em um momento não apenas de maior visibilidade das favelas em São Paulo, mas tanto de amadurecimento político do campo da arquitetura e urbanismo quanto de consolidação do projeto modernista no ensino de arquitetura na FAU, que mesclava a prática profissional com a preocupação social e defendia a expansão da escala do projeto de edificação para a escala urbana. A década de 1960 marca, portanto, uma inflexão no modo de olhar para as favelas de São Paulo – que passam a fazer parte dos debates no campo – em um momento importante da reflexão quanto à função social do arquiteto e seu papel como agente de mudança no país.

Alunos e professores da escola passam a contribuir cada vez mais para a discussão acerca da expansão e do rápido adensamento do espaço urbano, caracterizados por fenômenos como a favelização e a periferação, por meio de estudos, pesquisas e livros, para além de suas práticas profissionais de projeto. Alguns efetivamente entraram para a vida acadêmica, outros tiveram passagens pelo serviço público, além de muitos manterem também seus escritórios privados. Entre eles, é possível destacar Vilanova Artigas²³, Maria Ruth Amaral de

Sampaio²⁴, Carlos Alberto Lemos²⁵, Sérgio Ferro²⁶ e Ermínia Maricato²⁷, que, como professores da FAU e especialistas vinculados ao serviço público, desenvolvem suas trajetórias profissionais, direta e indiretamente, entrelaçadas aos debates sobre a erradicação e, alguns anos depois, sobre a urbanização das favelas.

Em 1964, ou seja, ainda durante o período de existência do MUD, Sampaio e Lemos iniciam uma pesquisa a fim de estudar a casa popular paulistana, com enfoque nas que tivessem sido construídas sem interferência de um engenheiro/empreiteiro, a fim de que as casas estudadas refletissem toda a “pureza, os desejos, gostos e ideais arquitetônicos e necessidades de seus moradores” (Sampaio e Lemos, 1993, p. 13)²⁸. O interesse no fenômeno da periferização em curso e a possibilidade de ampliação dos projetos de habitação social em larga escala justificam a realização da pesquisa:

Nos primeiros anos da década de 60, época em que proliferaram concursos da casa visando projetos “modernos” para o velho problema da casa popular, julgamos oportuna uma pesquisa ligada à programação das casas autoconstruídas da periferia da cidade de São Paulo. Achávamos, com justa razão, que os projetos “eruditos” saídos das pranchetas civilizadas dos arquitetos, na verdade, não acolhiam as expectativas proletárias a respeito do que fosse a casa ideal. No fundo, os projetos dos arquitetos não atendiam os aspectos culturais do povo e sempre restou a pergunta: até onde era lícita a admissibilidade nos projetos oficiais da idealização popular? (Sampaio e Lemos, 1993, p. 5)

Um ano antes, em 1963, acontecera o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) com o apoio do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado (IPASE). Com quatro temas centrais: a situação habitacional do país (exposição e análise das condições); a habitação e o aglomerado humano; a reforma urbana (medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação); a execução



dos programas de planejamento urbano e de habitação, o seminário assumia como inexistente no país uma política habitacional capaz de responder em nível nacional as demandas por moradia, causa principal do crescimento das favelas nos centros urbanos, notando que os dados sobre o problema habitacional eram insuficientes para uma real avaliação da sua gravidade (Bonduki, 2018, p. 21-23).

Diferentemente das assistentes sociais, que parecem estar atentas às discussões acerca do planejamento regional, reconhecendo causas estruturais para o “problema da favela”, aqui o foco recai na questão da insuficiência da habitação social na cidade. Segundo Bonduki, esse é o momento em que a contribuição dos arquitetos se volta totalmente à criação de uma política nacional de habitação e à instituição de instrumentos de reforma urbana como elementos fundamentais para garantir o direito à arquitetura (Bonduki, 2018). Discute-se a necessidade de serem realizadas pesquisas e levantamentos para que pudessem ser pensadas alternativas e respostas aos fenômenos de favelização e, principalmente, de periferização.

Diante desse panorama, uma série de perguntas surgem no horizonte. Qual a relação da pesquisa de Sampaio e Lemos com as discussões levadas adiante pelo MUD? Será que os alunos que participavam do movimento foram posteriormente trabalhar nessa pesquisa? Qual a relação de Carlos Millan, Vilanova Artigas e os demais professores de Projeto da FAU com o MUD?²⁹ Qual a relação de Maria Ruth Sampaio, Carlos Lemos e os demais dos professores de História da FAU com o MUD? Como o Grêmio da FAU (GFAU) atuou em relação ao MUD? Como as discussões levadas pelo MUD incidiram (ou não) nos debates posteriores sobre o lugar das favelas na urbanização da cidade?

Em 1969 Sérgio Ferro elabora o texto “A produção da casa no Brasil” (2005), apoiado em dados coletados na pesquisa de Sampaio e Lemos e pautado pelas leituras de Marx e Engels, para discutir a casa popular³⁰. Busca destrinchar as contradições presentes nos aspectos materiais da construção, as técnicas utilizadas e

o produto resultante, bem como os aspectos virtuais, como o valor de uso social, a fim de entender a lógica do sistema capitalista na perpetuação do problema habitacional.

Alguns anos depois, em 1975, Ermínia Maricato produz o filme “Fim de semana”, acerca da autoconstrução nas periferias urbanas. Após entrar em contato com a temática principalmente através dos estudos de Sampaio e Lemos (que avançam após a pesquisa piloto, conduzindo nova pesquisa acerca da habitação popular paulistana autoconstruída em 1970) e da reflexão realizada por Ferro, Maricato propõe o documentário como uma exposição do universo pouco conhecido da moradia dos trabalhadores nas periferias de São Paulo (Aravecchia-Botas e Castro, 2020). As pesquisas para o filme resultam na organização do livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, publicado em 1979 reunindo artigos de Paul Singer, Gabriel Bolaffi, Rodrigo Lefèvre, Raquel Rolnik e Nabil Bonduki, e Gerson Ferracini, além da própria Ermínia. A urbanista escreve o capítulo “Autoconstrução, a arquitetura possível”, no qual aborda a relação entre autoconstrução e casa própria como alternativa viável na expansão da metrópole:

Em qualquer lugar em que a habitação é mercadoria e propriedade privada a questão da habitação se identifica com a questão da casa própria, seja pela forma como a iniciativa privada encaminha a questão, através da publicidade incentivando a aquisição da casa, seja pela forma como o Estado encaminha, oferecendo financiamento para a compra ou construção da casa própria, a questão da habitação fica bastante dirigida, deslocando para o campo da ficção discussões e estudos acerca de inovações arquitetônicas coletivistas que se referem a um novo modo de habitar (Maricato, 1982, p. 84)

Em seguida, Maricato produz o filme “Loteamento Clandestino”, abordando a organização comunitária de moradores de loteamentos irregulares e retomando a discussão da precariedade da situação, diante sobretudo da falta de documentação oficial que comprove a posse da

terra. Por meio de entrevistas e dramatizações, o documentário combina análise crítica e perspectivas populares para expor as tensões sociais e urbanísticas do momento (Aravecchia-Botas e Castro, 2020).

Apesar da preocupação latente com a questão habitacional, a produção acadêmica das décadas de 1960 a 1970 na FAU teria se concentrado no fenômeno da periferização, enquanto as favelas não parecem ser objeto específico de estudos, ainda que, como Tanaka indica, estudantes da FAU participassem do MUD, e as favelas avançassem pela cidade.

Encaminhamentos para uma investigação interessada

Partindo das informações existentes acerca do Movimento Universitário de Desfavelamento na historiografia, e desse primeiro mapeamento de agentes, instituições e relações interinstitucionais, busca-se reunir referências primárias, documentos da instituição em foco e de outras conexas, e realizar entrevistas com ex-integrantes do movimento³¹. Pretende-se investigar a presença do MUD na FAUUSP e como o tema das favelas foi ou não debatido nessa escola, para entender como que de uma defesa do desfavelamento (ao menos por parte dos estudantes) nas décadas de 1960 (e 1970) se dá a derivação para as discussões acerca da urbanização das favelas a partir da década de 1980, na medida em que a FAUUSP se torna um dos polos desse pensamento e contribui direta ou indiretamente para o desenho de programas de urbanização de favelas (Arantes, 2009).

Discutir o contexto universitário e político em que se situava o MUD nos anos 1960 é fundamental para analisar criticamente seu projeto e entender não só repercussões contemporâneas à sua atuação e suas realizações, mas também a inversão e as perspectivas que levam à defesa da urbanização das favelas no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. É necessário investigar a institucionalização do serviço público nos campos da assistência social, planejamento e urbanismo, com a constituição de seus departamentos e divisões técnicas na prefeitura. É também necessário compreender a presen-

ça de instituições assistencialistas católicas que vinham atuando na cidade, e seus desdobramentos em organizações voltadas à organização popular³². Ao recuperar o modo como essas relações se constituíram e transformaram o pensamento acerca da questão ao longo dos anos, podemos entender melhor como outras formas de encarar as favelas, não apenas como anomalias a serem combatidas, mas como formas possíveis de vida nas cidades, vão finalmente incidir na constituição de programas públicos de urbanização de favelas, que passam a reconhecer o direito de permanecer.

É portanto desta investigação em campos distintos, por meio da pesquisa de fontes diversas e independentes – vestígios do passado a serem trabalhados por meio da intertextualidade –, que pretendemos reconstruir a história do MUD, de modo a entender seu papel na formação dos estudantes como parte de uma constelação de agentes, ideias e instituições que pensavam e discutiam a urbanização da metrópole, e que posteriormente desempenharão papéis fundamentais na formulação de novas políticas públicas, ocupando postos chave dentro do Estado. Busca-se assim contribuir para a história da gênese das discussões acerca da urbanização das favelas, lançando luz num ponto cego desse debate na cidade de São Paulo, quando, da condenação dos núcleos precários de favelas e da crítica radical sobre a autoconstrução, vai se chegar na defesa dos programas públicos de mutirão e urbanização de favelas.

Esse caminho, trilhado entre outros por dois ex-alunos da FAUUSP, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, dialogaria com as propostas do arquiteto carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que via nas práticas das populações residentes nas favelas uma forma de emancipação política, ressoando os trabalhos do arquiteto John Turner após sua passagem pelo Peru e gerando um novo capítulo nas formas de lidar com as favelas e as periferias de São Paulo a partir da gestão de Luiza Erundina na Prefeitura (1988-1991) (Aravecchia-Botas e Castro, 2020). Naquele momento, vale lembrar, é a assistente social Marta Terezinha Godinho quem assume a





Secretaria de Assistência Social, ao lado de Marilena Chauí como Secretária de Cultura, Paulo Freire como Secretário de Educação, Maricato na de Urbanismo e Paul Singer no Planejamento – e, nelas, Bonduki se torna diretor da Superintendência de Habitação Popular e responsável por implementar o Programa de Construção por Mutirão e Autogestão, e Rolnik, Diretora de Planejamento do município.

Os processos participativos, a partir de então, passam a ser defendidos também como forma de desalienação dos pobres urbanos, e, por meio da autogestão dos financiamentos, a própria desalienação do trabalho da construção defendida por Ferro (que a essa altura, após exilar-se na França, havia se tornado professor em Grenoble) entrava em pauta. Ao mesmo tempo, Paulo Bruna, ex participante do MUD, dirige a Empresa Municipal de Urbanismo (EMURB), cargo que passa a ocupar em 1979 nesta autarquia criada para coordenar e implementar as obras de infraestrutura urbana.

Nesse contexto, a urbanização de favelas surge no horizonte como solução habitacional possível, buscando-se com a implementação de serviços essenciais, como saneamento, iluminação, recolhimento de lixo, serviço de correios e a instalação de equipamentos públicos diversos, como escolas, centros de saúde ou estruturas de lazer, fornecer alguma dignidade para uma parcela importante da população moradora das favelas e das periferias (Carvalho, 2005). Num trabalho integrado entre as várias secretarias, as escolas, os postos de saúde, os centros de esporte e as casas de cultura, que vão sendo paulatinamente construídas nas periferias também a partir das lutas populares, passam a atender uma população que até então se via alijada dos serviços públicos mínimos.

Do nosso ponto de vista, para compreender essa passagem dos anos 1970 para os 1980, simbolizada na crítica radical de Maricato acerca da autoconstrução – lida na chave da espoliação urbana (Kowarick, 1979) promovida pelo próprio Estado – e, em seguida, na elaboração de uma outra forma de crítica ao Estado que apostava nos

movimentos sociais (e que, com o fim da ditadura e a volta da democracia, vincula desenvolvimentismo, autoritarismo e movimento moderno como cerne de suas críticas), parece fundamental inserir o debate de São Paulo em uma perspectiva latino-americana – discutindo intercâmbios intelectuais e técnicos entre as várias cidades do subcontinente (Lima, Aravecchia-Botas, Castro, Cunha, 2025). Entender como as ideias acerca do fenômeno da urbanização de favelas se formaram e circularam é também reatar os fios de uma história local que vem sendo tecida desde muito antes, desde o surgimento das primeiras favelas ainda nos anos 1940 e da crença na possibilidade de sua total erradicação nos anos 1960. Aqui justamente apresentamos as primeiras sistematizações de uma pesquisa sobre o MUD em andamento, buscando situá-lo dentro de um campo maior de preocupações em diálogo com estudos recentes que discutem o lugar das favelas na historiografia das cidades latino-americanas.

Referências

- ABUJAMRA, Wilson. *A Realidade Sobre o Problema Favela*. São Paulo, 1967.
- ARANTES, Pedro, Em busca do urbano. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 83, mar., 2009, pp. 103-127.
- ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. *Estado, arquitetura e desenvolvimento: a ação habitacional do IAPI*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2016.
- ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce; CASTRO, Ana Claudia Veiga De. *Fin de semana y Loteamiento clandestino: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990)*. *Revista Ensayo*, PUC Peru, 2020, pp. 13-35.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Nobel, 1989.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Liberdade, 1998.
- BONDUKI, Nabil. *A luta pela reforma urbana no Brasil: Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.



CARVALHO, Caio Santo Amore, *Lupa e telescópio: o mutirão em foco, São Paulo anos 1990-atualidade*. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, 2005.

CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de, e FLOCK, Julia. Una presencia-ausencia como problema de investigación: las primeras favelas de São Paulo (1940-1970). In: CRAVINO, Maria Cristina e GONÇALVES, Rafael, *Assentamientos precários y memorias de villas y favelas*. Rio de Janeiro, Ed. da PUC-RJ, 2025, pp. 53-92.

CINTRA, Soraia Veloso. *O Serviço Social na divisão social do trabalho – permanências e condicionalidades para as mulheres*. In: *Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, Florianópolis, 2017.

DRIANT, Jean-Claude. *Las barriadas de Lima, História e interpretación*. Lima: Institut Français d'Études Andines, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1991.

FISCHER, Brodwyn, Do Mocambo à favela: estatísticas e políticas sociais na cidade informal brasileira. In: GONÇALVES, R.; BRUM, M.; AMOROSO, M. (orgs.), *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Pallas, 2021, pp. 87-116.

FLOCK, Julia. *Memória do esquecimento: as primeiras favelas paulistanas na modernização da cidade (1940-1970)*. Relatório Final IC FAUUSP/ Fapesp, 2021.

FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

GERMANI, Gino. Investigación sobre los efectos sociales de la urbanización en un área obrera del Gran Buenos Aires. In: Phillip Hauser (ed), *La urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Unesco, 1961.

GODINHO, Marta Teresinha. *O Serviço Social nas Favelas*. São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para Escola de Serviço Social, 1955.

GONÇALVES, Rafael. *Favelas no Rio: história e direito*. Rio de Janeiro, Ed. PUC, 2016.

GONÇALVES, R.; BRUM, M.; AMOROSO, M. (orgs.), *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas*. Ed. PUC Rio/ Pallas, 2021.

GORELIK, Adrián, *A cidade latino-americana: uma figura da imaginação social do século XX*. Salvador: Ed. UFBA, 2024.

HAUSER, Philip Hauser (Ed.), *Urbanización en la America Latina*. Paris: Unesco/ Cepal, 1962.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*. Documentos Censitários, série C, número 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: Diário de uma favelada. São Paulo, Círculo do Livro, 1960.

KOWARIK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LA INCULTURA de las ciudades, *El Arquitecto Peruano*, n. 183-184, out.-nov., 1952, p. 3.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. *Modernização e desenvolvimentismo*: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2013.

LIMA, Apoena; ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce; CASTRO, Ana Claudia Veiga de; CUNHA, Marcio Cotrim, Mutirões e assessorias técnicas em São Paulo: descentrar a historiografia, avançar a crítica. *Novos Estudos Cebrap*, Ed. 132, V. 44, n. 2, 2025, pp. 1-21.

LIRA, José, A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome: Recife década de 1930. *Espaço & Debates*. São Paulo, ano XIV, n.37, 1994

MARICATO, Ermínia (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. [1979]. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1982.

MATOS MAR, José. *Estudio de las Barriadas Limeñas*: informe presentado a Naciones Unidas en diciembre de 1955.

MATOS MAR, José. *Las barriadas de Lima 1957*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1966.

MILLAN, Carlos. *O ateliê na formação do arquiteto*: relatório apresentado pelo professor Carlos Barjas Millan, Coordenador do Grupo de Estudos do Ateliê. São Paulo: Setor de Publicações, FAU USP, 1962.

MORAES, Mario. “A reportagem que não foi escrita”, *O Cruzeiro*, n. 4, 5 de novembro de 1960, p. 51.

OLIVEIRA, Samuel, *O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964)*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2010.



MUD. *Desfavelamento do Vergueiro*: relatório do trabalho na favela do Vergueiro. São Paulo, 1963.

PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre a favela em São Paulo*: uma história concisa das favelas paulistanas. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2007.

PEARSE, Andrew. *Notas sobre a organização social de uma favela do Rio de Janeiro*. Educação e Ciências Sociais, v. 3, n.7, 1958, pp. 9-32.

PENTEADO, Gilmar. Estética da *vida no limite*: autenticidade, ponto de vista interno, testemunho e valor literário em *Quarto de despejo* (Diário de uma favelada). Tese (doutorado). Letras UFRGS, 2018.

PULHEZ, Magaly Marques. *Espaços de favela, fronteiras do ofício*: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização. Dissertação (Mestrado) Escola de Engenharia de São Carlos da USP, 2007.

ROFFÉ, Pablo. *La ciudad en la Sociología*: el caso de la investigación germaniana en la Isla Maciel. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

SACHS, Céline. *São Paulo*: Políticas Públicas e Habitação Popular. São Paulo: Edusp, 1999.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Casas proletárias em São Paulo*. São Paulo: FAU/USP, 1993.

SÃO PAULO [Helena Iracy Junqueira], *Desfavelamento do Canindé*, Prefeitura Municipal de São Paulo, Divisão de Serviço Social, 1962.

SNITCOFSKY, Valeria, *Historia de las villas en la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Bisman, 2022.

SOARES, Luiz Eduardo. *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia Editora, 2019.

TANAKA, Marta, "A vivência da realidade e a prática do fazer: o Movimento Universitário de Desfavelamento". *Cadernos de Pesquisa do Lap*, n. 6, Série Habitação Popular, mai./jun. 1995.

TASCHNER, Suzana. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. *Cadernos Metrópole*, n. 5, 2001, pp. 9-27.

TURNER, John, Dwelling resources in South America, *Architectural Design*, n.8, aug., 1963, pp. 375-377.

TURNER, John, *Vivienda: todo el poder para los usuarios*. Madri: H. Blumme, 1977.

VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem à Favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VIDOTTO, Taiana Car; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. *O discurso profissional e o ensino na formação do arquiteto e urbanista moderno em São Paulo (1948-1962)*. *PosFAUUSP*, São Paulo, v. 22, n. 38, 2015, pp. 20-37.

Notas

- 1 Financiamento Fapesp.
- 2 Arquiteta e urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9922-9806>. E-mail: anacvcastro@usp.br.
- 3 Graduanda em arquitetura e urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo, bolsista de Iniciação científica (Fapesp). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6817-1430>. E-mail: victoria.janoti@usp.br.
- 4 Sobre os desafios na implementação de conjuntos habitacionais (unidades vecinales) em Lima, lia-se na principal revista de arquitetura e urbanismo do país, *El Arquitecto Peruano*: “¿Qué pueden significar las buenas urbanizaciones, los hospitales, los parques, si un cinturón de tugurios rodea y amenaza a toda la ciudad? ¿Existe manera de contener una epidemia en sectores que están caracterizados por el hacinamiento, la insalubridad y la carencia de los más elementales servicios públicos?” (*La Incultura...* 1952, p. 3, grifo nosso). Já em 1963, o arquiteto inglês John Turner, em artigo escrito para a *Architectural Design*, destacava que nas barriadas de Lima era possível observar etapas de construção que transformam barracos em casas: “primeiro a “choza”, uma barraca temporária muito primitiva, à base de tapetes pendurados em canas de bambu; na segunda fase o “cerco” que, como o próprio nome sugere, rodeia a “choza” anterior com paredes de alvenaria; e assim progressivamente os alicerces e o piso, com uma cobertura, quando também se instala a eletricidade, e se iniciam as obras de canalização e de drenagem (Turner, 1963, p. 376). Nesse processo, habitação e loteamento convertem-se em abrigos e bairros perfeitamente aceitáveis. Mais que modelos universais de tamanho e parâmetros de insolação e ventilação oferecidos pelos arquitetos do Movimento Moderno, tratava-se de investigar, com as barriadas, os processos produtivos e as formas populares de apropriação do território. Em seguida, Turner publicaria o livro *Vivienda: Todo poder al usuario* (1977) – obra que se tornaria fundamental para as discussões sobre a urbanização das favelas.
- 5 A pesquisa teria dois objetivos: “De índole práctica, uno de ellos consistía en proporcionar al Centro de Desarrollo Integral una información sobre el área adecu-





- ada para laconcreción de sus proyectos. De índole teórica y experimental, el otro destina la investigación a contribuir al conocimiento de los efectos de la industrialización en América Latina” (Roffe, 2013).
- 6 Definindo-a como: a) Uma agrupação de pelo menos 50 construções; b) Predomínio de casinhas e barracos de típica aparência rústica, geralmente construídos de tábuas e chapas galvanizadas ou materiais análogos; c) Construções não autorizadas e não fiscalizadas em terrenos de terceiros ou de donos desconhecidos; d) Construções não incluídas nas redes gerais de abastecimento de água potável, esgotos, luz e telefones; e) Zona sem urbanizar que não tem adequada divisão em ruas, nem sistema de numeração, ou pagamento de impostos e contribuições (IBGE, 1953).
 - 7 Para o antropólogo, esse processo migratório “forçado”, a partir da expulsão do campo e provocando uma urbanização acelerada, teria provocado um “deslocamento de placas tectônicas” ao desenraizar milhares de pessoas. Soares busca dar atenção às várias dimensões envolvidas, da economia às experiências subjetivas individuais, pensando os impactos disso na formação do Brasil moderno (Soares, 2019, pp. 93-108).
 - 8 Adrián Gorelik aponta o seminário “La urbanización en América Latina”, realizado pela Unesco/Cepal em 1959 em Santiago como um momento chave para as discussões acerca das favelas, quando os estudos de Matos Mar, Germani e Pearse – encomendados pela Unesco – são apresentados, e posteriormente publicados em Hauser, 1962 (Cf. Gorelik, 2024).
 - 9 Céline Sachs afirma que, durante a década de 1970, “São Paulo perdeu sua originalidade, preservada por tanto tempo, de metrópole brasileira sem favela.” (Sachs, 1999). Também Bonduki (1998), embora mencione a presença de favelas, destaca o processo de construções em loteamentos periféricos como a principal alternativa à falta de habitação desde pelo menos a lei do inquilinato em 1942. E Taschner afirma: “Embora presente desde há muito, o fenômeno favela, em São Paulo, só vai se desenvolver em larga escala nos anos 70” (Taschner, 2001, p. 8).
 - 10 Formada na Escola de Serviço Social de São Paulo (ESS), fundada em 1936 por Maria Kiehl e Albertina Ramos (ambas formadas em Bruxelas) e dirigida por Odila Cintra Ferreira. Esta foi a primeira escola de assistentes sociais em São Paulo e dela saíram as primeiras profissionais que trabalharam nas favelas da cidade (Cintra, 2017).
 - 11 A CASMU funcionava em parceria com a Igreja Católica, por meio da sua Confederação das Famílias Cristãs (CFC), que ao vencer uma concorrência pública, tornou-se responsável por executar ações de desfavelamento com recursos municipais. A CFC foi um dos movimentos leigos que então surgiam na Igreja, a partir da Ação Católica fundada em 1932, juntamente aos grupos de Juventude e de

Senhoras, que buscavam promover não só uma ação evangelizadora, mas também de assistência social. (Cf. Documentos depositados no CEDIC PUCSP, http://www4.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/movimento_de_leigos.html).

- 12 “Quando em outubro de 1953 o senhor Prefeito, pela Portaria número 76 encarregou a CASMU do trabalho nas favelas, o senhor Presidente da CASMU nos consultou sobre a possibilidade de irmos trabalhar naquele setor. Em virtude do número restrito de pessoal técnico que a CASMU dispunha naquele momento, verificou-se a necessidade de se estabelecer um convênio com alguma obra particular que pudesse incumbir-se daquele trabalho, pois a CASMU já se achava sobrecarregada. Foi então que em janeiro de 1954 estabeleceu-se um convênio entre a Confederação das Famílias Cristãs e a Prefeitura, através da CASMU. Nesta ocasião, o senhor Presidente da CASMU nos designou para trabalharmos junto a esse convênio, no setor de favelas”. (Godinho, 1955, p.1).
- 13 São descritas ações possíveis nos Parques Infantis, nas paróquias, no preparo profissional das meninas entre 12 e 14 anos e no escotismo para os meninos da mesma faixa etária, além de uma ação especialmente direcionada às mães, com foco no artesanato, para a geração de renda, e no significado do Natal, evidenciando a preocupação cristã.
- 14 Estabelecida na margem direita do Tietê, a favela era castigada por enchentes periódicas, mas a que ocorre em 1960 parece ter sido particularmente violenta. O atendimento imediato foi realizado pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Feminina, Divisão de Serviços Sociais e entidades particulares. Entrando de barco na favela, as assistentes sociais teriam recolhido a quase totalidade dos moradores no Albergue Noturno da Associação Cívica Feminina, fornecendo, além de abrigo, refeições durante um mês. Os mais doentes teriam sido encaminhados para hospitais.
- 15 O prefeito Prestes Maia derrubaria o último barraco em 31 de dezembro de 1961.
- 16 No anexo são informados os 77 bairros para onde as famílias se mudaram (São Paulo, 1962, p. 83-84)
- 17 Das 230 famílias, 140 saíram da favela para uma casa própria distribuídas por diferentes bairros ou vilas, perfazendo um total de 60%. O restante teria se dividido em várias outras alternativas. A afirmação era feita ao final do processo, sem que tivesse havido tempo para verificar se as famílias tinham de fato conseguido se integrar em seus novos bairros, ou retornado para outras favelas (mas previa-se acompanhá-las pelos próximos anos).
- 18 “Prestes Maia era o Prefeito. Carolina de Jesus era ‘best-seller’, escrevendo ‘Quarto de Despejo’. D. Helder já desfavelara centenas de famílias no Rio, com sua Cruzada São Sebastião”. Depoimento de Carlos Rampazzo, estudante de medicina e participante do MUD (apud Tanaka, 1995, p. 13).



- 19 Tanaka fornece um panorama da formação e ações do MUD no texto “Vivência da realidade e a prática do fazer movimento universitário de desfavelamento”, que seria publicado como um dos Cadernos de Pesquisa do LAP (Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAUUSP), coordenado por Nestor Goulart Reis Filho. Trata-se de um importante guia para esta investigação.
- 20 “Comissão de desfavelamento – Através da resolução no. 1.606, de 23 de outubro, a ser publicada no 'Diário Oficial', de hoje, o governador do Estado instituiu comissão incumbida da execução do Plano de Desfavelamento, cujo objetivo é estudar o problema da erradicação das favelas e moradias anti-higiênicas, e a integração de seus moradores nas comunidades urbanas.” (Folha de São Paulo, 29/09/1964 apud Lara, 2013, p.318-319). Tudo indica que a CED foi antecessora direta do MOV, visto que o coordenador da comissão, Wilson Abujamra, posteriormente seria um dos fundadores do movimento.
- 21 Paulo Julio Valentino Bruna se formou em 1963 na FAUUSP, apresentou sua tese de doutorado em 1973 e sua livre docência em 1999. Iniciou como estagiário no escritório Rino Levi Arquitetos Associados e após formado desenvolveu parcerias com Ernest Robert Carvalho Mange e Ariaki Kato até 1967. Foi diretor de Planejamento da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) entre 1979 e 1993 e, em 1992, constituiu juntamente com Roberto Cerqueira César o escritório Paulo Bruna Arquitetos Associados.
- 22 Em São Paulo, seriam construídos pelos IAPs os conjuntos Vila Guiomar, Mooca e Várzea do Carmo.
- 23 Afastado e cassado em 1969, o arquiteto Vilanova Artigas, autor do projeto do edifício da FAU na Cidade Universitária, reassume sua posição anterior na Faculdade apenas em 1984, após submeter-se a um concurso para professor titular, cujas arguições são publicadas com o título de A Função Social do Arquiteto. Sua concepção de arquiteto era a de um “técnico doublé de artista e humanista, obrigado a pensar a totalidade e a contribuir para que todos possam se apropriar do processo civilizatório e do progresso” (Artigas, 1989, p.10).
- 24 Socióloga, termina sua especialização em 1958, e se torna docente da FAU em 1962 a convite do arquiteto e professor Nestor Goulart Reis Filho.
- 25 Formado em 1950 pela FAU Mackenzie, dirige o escritório de Oscar Niemeyer em São Paulo entre os anos 1952 e 1957 e torna-se professor na FAU USP em 1954.
- 26 Formado em 1962, se tornou professor no mesmo ano, convidado por Vilanova Artigas. Ferro trabalharia em um escritório privado com Rodrigo Lefèvre e Flávio Império até se exilar em 1972.

- 27 Formada em 1971, tornou-se docente em 1974. Entre 1989 e 1992 foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município.
- 28 Foram levantadas e analisadas 122 casas, das quais 108 haviam sido feitas pelos proprietários – em geral, construídas aos finais de semana e dias de folgas – e as outras 14 por pedreiros e empreiteiros que obedeceram diretamente às ordens dos proprietários.
- 29 A partir da Reforma de 1962, a FAU, criada em 1948, passa a ter três departamentos: Projeto, História e Tecnologia, sendo seus professores vinculados a algum deles.
- 30 O texto nasce de anotações de preparação de aula nos anos 1968 e 69 e se apoia em dados da pesquisa realizada na FAU nas periferias de São Paulo, sendo um primeiro esboço de “O canteiro e o desenho”. Foi publicado pelo GFAU em 1972, com o nome “A Casa Popular” (o primeiro subtítulo acabou sendo adotado como título provisório). A versão original, mimeografada em 1969, foi revisada e rebatizada por Sérgio Ferro em fevereiro de 2005, quando foi disponibilizada pelo GFAU.
- 31 A serem mapeadas no Laboratório de Estudos de Urbanização, Arquitetura e Preservação criado por Nestor Goulart Reis Filho na FAUUSP; no Centro Pastoral Vergueiro, documentos hoje depositados no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp; na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; no Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paulo (Cúria Metropolitana); em acervos do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da FMUSP, do XI de Agosto da FD USP e do GFAUd da FAUUSP, bem como os acervos documentais da PUC-SP.
- 32 Nesse contexto, investigar a formação da Juventude Universitária Católica (JUC) (para buscar suas relações com o MUD) e a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) parece ser fundamental, pois é possível que da atuação católica nas favelas centrais tenha havido um caminho para as periferias junto aos mais pobres.

